

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS EM LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: um olhar em Angicos e o período das Diretas Já

**Social movements and policies in literacy in youth and adult education:
a look at Angicos and direct now period**

Amilton Alves de Souza¹

Antônio Amorim²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica acerca das temáticas: História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Movimentos Sociais e Políticas em Letramento na EJA, com um olhar em Angicos, no período das Diretas Já. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, consultando revistas, livros e textos que tratam da temática. O objetivo surge a partir das discussões teóricas e da leitura realizada no curso de Mestrado em EJA, nas disciplinas de Movimentos Sociais em EJA, Fundamentos Filosóficos e Históricos na EJA, Gestão Educacional em EJA e Fundamentos Legais em Políticas Públicas em EJA, bem como uma relação com nosso Projeto de Pesquisa, que trata da temática: Letramento e Tecnologias na EJA, tratando-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa. Na coleta de informações fizemos uma revisão completa sobre o assunto, destacando as informações e dados que fortalecessem a coesão do estudo. Por meio deste foi possível perceber as principais concepções de Movimentos Sociais, Políticas, EJA e Letramento.

Palavras-chave: EJA. Letramento. Movimentos sociais. Política.

Abstract: This article aims to present a theoretical discussion about the themes: Youth and Adult Education History in Brazil, Social Movements and Policies in literacy in adult education with a look at Angicos the period of Direct now, from bibliographical research and documentary on articles, magazines, books and texts that deal with the subject. The aim arises from the theoretical discussions and reading carried out in the course of MA in adult education, in the disciplines of Social Movements in AE, Philosophical Foundations and History in AE and Legal Foundations of Public Policy in adult education, as well as a relationship with our Research Project which deals with the theme: Literacy and technologies in adult education. Therefore, we chose to conduct a qualitative research. In collecting information use of cohesive exploratory instruments, through research and review of sources. Hereby, it was revealed conceptions of Social Movement, Policies, adult education and literacy.

Keywords: Adult education. Literacy. Social movements. Policy.

Introdução

Precisamos compreender, mesmo que seja de forma inicial, a história da EJA no Brasil, destacando a importância de Angicos para a EJA e para as políticas de letramento, como sendo um lugar de possibilidades de rompimento com o analfabetismo e a luta por uma educação para todos com qualidade. Além disso, é necessário compreender o período das Diretas Já como sendo um marco na luta organizada pelos movimentos sociais brasileiros, para implementar as políticas de estado para uma sociedade melhor, inclusive por uma educação de qualidade e para todos. Tudo isso, a fim de garantir e efetivar políticas públicas de qualidade para todos os brasileiros, mas principalmente para os jovens e adultos analfabetos.

É preciso ter a clareza de que não pretendemos historiar Angicos e nem o período das

¹ Aluno do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, pela Universidade do Estado da Bahia. Pedagogo da Rede Municipal de Ensino de Araçás/BA.

² Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia, com Doutorado em Psicologia pela Universidade de Barcelona – Espanha. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos. *E-mail:* antonioamorim52@gmail.com

Diretas, pois poderemos cometer equívocos, isso porque são movimentos e políticas que carregam consigo um amplo leque de complexidade, mas pretendemos pensar nesses dois movimentos por terem consequência política para a Educação de Jovens e Adultos e para as práticas de letramento para esse público.

Diante do exposto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar como o movimento de Angicos contribuiu para as políticas de letramento da EJA, além de perceber o período das Diretas Já naquele processo. Propomos como objetivos específicos: conceituar as concepções de letramento, movimentos sociais, políticas e EJA, a fim de conhecê-las melhor e compreender a sua importância; perceber as contribuições dos movimentos de Angicos para o letramento, elencando os avanços nas políticas de letramento para EJA.

A fim de alcançar o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa através de um estudo bibliográfico e documental acerca da temática, dando ênfase aos postulados da pesquisa qualitativa. Na coleta de informações, fizemos uma ampla revisão bibliográfica, destacando os principais autores que tratam da temática, a exemplo de Carvalho (2009), Kleiman (1989; 1995), Soares (2000), em que conceituaremos Letramento, Escrita, Leitura. Discutimos as concepções e histórico da EJA com Arroyo (2005), Barros (2011), Freire (1997), Gadotti (2007) e Haddad e Pierro (2000). E para conceituar movimentos sociais e populares, bem como Política e Política Pública, trabalhamos com Arendt (2002), Bertoncelo (2009), Gohn (2011), Amorim (2007) e Oliveira (2010). E, por fim, discutimos Angicos, as Diretas Já e os movimentos em EJA com Bertoncelo (2009), Haddad e Pierro (2000).

Por meio deste artigo foi possível perceber as concepções de Movimentos Sociais, Políticas, EJA e Letramento. Conseguimos analisar a dedicação, a crença na política de EJA e a busca por uma educação de qualidade para todos.

Sendo assim, as considerações desta pesquisa e a sua relação com a discussão conceitual nos evidenciaram a entender que Angicos contribuiu significativamente nas políticas de letramento e na articulação dos movimentos sociais. Foi um movimento que contribuiu para pensar e repensar a EJA como sendo uma política pública a que todos têm direito. Sem uma política de estado construída, ouvindo os movimentos sociais, os sujeitos desta modalidade de ensino não dariam conta de letrar e nem de emancipar os sujeitos, continuando, com isso, a negação aos nossos jovens e adultos o direito de aprender, e aprender com qualidade.

Política e movimentos sociais para além das concepções: uma construção da EJA

Antes de pensarmos na relação da política, movimentos sociais e EJA, é preciso compreender o que é política e como a enxergamos em sua relação com a educação, sendo importante entender também a discussão e a compreensão da ação dos movimentos sociais.

Nesse movimento de compreender o papel da política em nosso meio e na construção de uma educação de qualidade, precisamos primeiramente compreender o significado ontológico de política. A partir das leituras realizadas durante nossa pesquisa, passamos a compreender política como entendimento do nosso cotidiano que tem como característica a contribuição subjetiva da nossa sociedade.

O surgimento de política está pautado na atividade do homem que busca modificar sua realidade, o que também compreendemos como ação da negociação da sociedade. Não podemos nos esquecer de citar a origem da palavra política, que no grego “*politiká*”, que deriva de “*polis*”, quer dizer aquilo que é público, ou seja, política trata do espaço público, é importante entender esse significado, pois mais adiante nos ajudará a compreender Angicos e o período das Diretas Já como espaços políticos de construção significativa para EJA.

Entretanto, para tratar da concepção de política que mais nos representa, traremos para o

texto a compreensão de Arendt (2002), que conceitua política como sendo um ato de conviver entre os diferentes, além das pluralidades de ideias entre os sujeitos por meio de uma expressão de liberdade. A autora vai mais além, quando afirma que a “[...] política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (ARENDT, 2002, p. 8). Portanto, a compreensão de Arendt nos possibilita conceituar a política como sendo a ação que realizamos em nosso cotidiano.

Nessa perspectiva, podemos envolver dois exemplos de movimentos ocorridos em nosso país que tiveram a ação política e que foram refletidos nas lutas e nas mudanças sociais. A primeira foi em 1964, o golpe militar, que rompeu com a democracia e com as instituições sociais, estudantis, culturais e artísticas. Eram movimentos populares que se opunham ao regime opressor, implantado então em nosso país. Esse regime levou ao retrocesso político e social, impedindo a construção de uma sociedade mais justa.

Foi exatamente um ano antes desse período que Paulo Freire construiu um dos mais significativos métodos de alfabetização de adultos, no município de Angicos, com uma perspectiva não somente de alfabetizar, mas letrar os sujeitos para que eles pudessem se tornar homens e mulheres cidadãos, que compreendessem seus direitos e os buscassem. O segundo período foi o das Diretas Já. Ele fomentou a organização social por meio dos movimentos populares que buscavam não só o fortalecimento do processo de eleição direta para presidente da República, mas também levou o povo às ruas para lutar por saúde, infraestrutura, por uma educação de qualidade e para todos.

Os exemplos aqui colocados são históricos e resumem o significado da política e da importância das mudanças que, diretamente, interferiram em nossa realidade social; sendo assim, um: “[...] movimento social, sem dúvida, pode-se não fazer a política, mas certamente se faz uma política” (MAAR, 2006, p. 13).

Com isso pudemos construir a compreensão mais singular que encontramos sobre política a partir desses exemplos, que é a ideia de que política, na verdade, é a possibilidade que temos de conduzir os interesses da coletividade, sempre em busca do que é comum e para a sociedade, por meio de luta, organização e condução coletiva. Isso tudo, a fim de que a atividade pública ganhe força para estabelecer as mudanças. Por isso, podemos afirmar que as diversas transformações sociais, culturais e econômicas que vivemos foram processos vividos por uma sociedade que buscou novas ações coletivas para melhorar a vida de todos.

É por isso que Maar (2006) retrata movimento social como sendo o construtor de política. Nos próximos parágrafos deste tópico trataremos dos movimentos sociais e suas concepções.

A compreensão dos mais diversos conceitos de movimentos sociais nos fez tomar uma decisão política, a fim de melhor conceituar esses movimentos a partir do que acreditamos e temos construído com nossas lutas sociais, considerando o lugar de fala, da ação de quem vive esse movimento. Para isso, consideraremos as ideias e as construções acerca dos movimentos sociais defendidas por Gohn (2001, p. 335), quando diz que são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Isto porque as ações construídas pelos movimentos sociais são atividades políticas que sempre demandam estratégias. Estas perpassam os mais diversos momentos, desde estruturas de mobilização aos recursos a serem pensados por seus coletivos. Então, nessa linha de construção conceitual de Gohn, definimos movimento social como sendo todas as atividades e/ou ações construídas pelo comportamento coletivo, resultando em mobilizações, reivindicações e organização da nossa sociedade. Sem esquecer que movimento social não é uma instituição e nem deve fazer parte da organização das instituições, pois perderá seu caráter e tem sempre como objetivo estabelecer uma linha de rompimento com o instituído com o que está estabelecido.

O momento histórico expressa a compreensão e a necessidade de se criar uma base mínima para uma rede mundial dos movimentos sociais. Neste sentido, precisamos ter clareza da perspectiva do momento histórico em que essa necessidade ocorreu, não perdendo de vista o fracasso das políticas neoliberais em promover justiça econômica e social. Devemos pensar sempre que há uma valorização maior quanto aos desafios que enfrentam os movimentos sociais, na luta por melhorias sociais, educacionais e econômicas.

Os movimentos sociais podem ser considerados como empreendimentos coletivos para estabelecer nova ordem de vida. Têm eles início numa condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante de uma forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver, do outro (LEE, 1975 apud LAKATOS, 1990, p. 245).

Precisamos ter um engajamento com as questões sociais do nosso país, pois assim poderemos refletir acerca dos avanços e dos retrocessos históricos, sociais e culturais que estamos vivendo, pois somente com a reflexão e o pensamento crítico é que podemos dar uma melhor identidade para os movimentos sociais. Não esqueçamos que os movimentos sociais têm também como ação a resistência e a atividade de se contrapor às instituições instituídas, e sempre buscam atingir resultados concretos, frutos de suas lutas, com foco em uma nova ordem social. E isso implica, sempre, transformações sociais que possibilitam o surgimento de novas representações sociais de vida. Bertoncele (2009) nos ajuda a compreender que os movimentos surgem do “comportamento coletivo” que contrapõe as estruturas de controle social.

O movimento iniciado em 1962, na cidade de Angicos, deu conta de romper com as instituições instituídas, aquelas que mantinham o analfabetismo, pois não davam conta da emancipação dos sujeitos, sendo preciso contrapor o que estava estabelecido, a fim de buscar uma nova ordem. Neste caso, a nova ordem era a possibilidade de permitir aos sujeitos de Angicos realizarem a leitura e a escrita a partir de suas visões de mundo. A Educação de Jovens e Adultos, neste processo, ganha força na luta pela garantia no enfrentamento do analfabetismo, considerando toda uma luta dos movimentos sociais, para romper com o estado de negação posto aos seus sujeitos, e com isso possibilitar a construção do processo de letramento de cada indivíduo na sua singularidade.

Já no período das Diretas Já, tínhamos no Brasil diversos problemas políticos, econômicos e sociais que só aumentavam e produziam uma forte insatisfação popular, em nível nacional, e que foi mais ainda alimentada pelo furor dos militantes partidários de oposição. Com isso, “[...] os movimentos emergem da ruptura dos mecanismos de controle social e imperativos morais, resultando em desvio de comportamentos” (BERTONCELO, 2009, p. 173). O povo brasileiro esperava após as diretas a solução de várias outras demandas, como salário, segurança pública e inflação. No entanto, há um processo de frustração do povo com a eleição para presidente, pois se percebeu que as diretas não dariam conta de solucionar as demandas sociais. Isso tudo ocorreu sendo fruto da luta dos movimentos sociais da época, que conseguem com que o governo não ignorasse completamente esse movimento, pois alcançou um nível jamais visto no país. A EJA neste período vivia mudanças em suas campanhas e programas, a fim de dar conta das necessidades e políticas do novo governo.

Portanto, após a discussão acerca da concepção tanto de política como de movimento social, compreendemos que essas duas categorias pertencem à construção da nossa sociedade, são instrumentos de uma compreensão maior do que é educação e de como ela deve ser construída. É necessário entender que não se trata de um processo neutro, carregando consigo a tarefa de modificar o nosso cotidiano, sempre a partir das políticas e dos movimentos. Desta forma é que a educação tem sido pautada e construída em nosso país.

No próximo tópico tentaremos conceituar a concepção de leitura e escrita, a fim de pensar nos dois movimentos políticos aqui analisados, como sendo uma possibilidade de construção de letramento na Educação de Jovens e Adultos, que ressignifica a formação básica. Para isso, há que se repensar a Educação de Jovens e Adultos a partir de seus fundamentos históricos e conceituais.

Concepções de EJA, leitura e escrita na construção de um letramento emancipatório

Propomos neste tópico o repensar da concepção de Educação de Jovens e Adultos, de leitura e de escrita, a fim de situar a construção do letramento emancipatório, que permite contribuir com a diminuição dos índices de analfabetismo e ressignificar a formação dos sujeitos da EJA para além do ensino formal.

EJA e sua compreensão ontológica

A partir da leitura realizada na obra de Barros (2011), “Genealogia dos Conceitos de Educação de Adultos”, foi possível construir um caminho reflexivo para compreender a Educação de Adultos como sendo um processo fundamental na emancipação dos sujeitos. Nesse intuito, precisamos nos remeter à concepção que temos de educação. Para nós, ficou evidente, por meio de Barros (2011), que educação é todo o processo permanente de construção do indivíduo. Freire (2011, p. 35) afirma que a “[...] educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando”.

Pensar em educação no espaço escolar é pensar em uma educação instituída e que sempre será pautada por um processo de “[...] transmissão de saber de uma geração (adulta) para outra (pré-adulta, na infância e na adolescência)” (BARROS, 2011, p. 23). Já temos aqui o conceito de educação e a compreensão do que é educação no espaço escolar, mas para pensar em uma concepção de Educação de Adultos é imprescindível compreender a ideia de adulto que Barros apresenta em seu livro. Ele define o adulto como sendo aquele indivíduo que, após a adolescência, para de crescer após essa fase da vida. A autora chama de *adulthood* aquele indivíduo que apresenta determinada condição social, sempre observando a perspectiva das categorias sociais, a exemplo de ser produtiva ou ser reprodutiva etc.

Barros toma de empréstimo o conceito educação de adultos de Lima (1988 apud BARROS, 2011), definindo esta como sendo uma aquisição do conhecimento desenvolvido, a partir das estruturas e dos processos dos adultos, que podem ser construídas individualmente ou na interação com o outro. Não podemos esquecer que qualquer construção de concepção de adultos precisa levar em consideração o lugar social, histórico e ideológico que foi ou está sendo construído, pois o conceito precisa ser carregado de uma posição política dos que estão sendo conceituados, ou corremos o risco de elaborar um conceito que não dialoga com os seus sujeitos.

Portanto, para além dos conceitos, a Educação de Jovens e Adultos também pode ser aqui compreendida como sendo uma etapa do ensino formal e permanente, bem como uma etapa da educação não formal; enfim, toda uma gama de oportunidade ocasional existente em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos.

Historicamente, desde o período da colônia, temos no Brasil práticas de educação de adultos ensinada pelos jesuítas, a fim de não ensinar somente os conhecimentos bíblicos, mas aprender a língua colonizadora, dicas de comportamento etc. Conforme tratam Haddad e Di Pierro (2000), ainda no Império tivemos destacada na primeira Constituição uma educação para todos os cidadãos brasileiros. Isso não quis dizer que esse direito tenha se efetivado na prática.

Ainda segundo os autores, da primeira república ao período militar tivemos no Brasil diversas ações, atividades e práticas voltadas para combater o analfabetismo. No período foram instituídos vários programas e campanhas, a fim de garantir uma educação para adultos e jovens, sendo que nenhuma dessas ações políticas deu conta de reduzir drasticamente o analfabetismo ou acabar com ele.

A partir da redemocratização do país passamos a ter de fato programas e políticas de EJA pautados pelos movimentos sociais, estando posto que ainda não demos conta de combater o analfabetismo e nem garantir ensino de qualidade para todos, incluindo principalmente os jovens e adultos. É necessário ressaltar que a partir das lutas dos movimentos sociais demos alguns saltos importantes, a exemplo do financiamento por meio de lei para Educação de Jovens e Adultos, transporte escolar, escolas com laboratórios de informática, livros didáticos, formação de professor etc., mas ainda carecemos de uma política mais radical de valorização dos professores.

Portanto, é imprescindível que consigamos uma Educação de Jovens e Adultos por meio de políticas permanentes de Estado, que garantam uma aprendizagem para todos e com qualidade, pois precisamos que o ensino destes sujeitos possa requerer uma prática de leitura contextualizada com sua realidade, com suas necessidades, bem como a sua formação. Assim, a finalidade maior na Educação de Jovens e Adultos é contribuir para que o aluno tenha tanto do professor quanto das políticas públicas uma prática pedagógica preocupada em formar cidadãos conscientes do seu papel de cidadão detentor de direitos, tendo a leitura e a escrita como instrumentos de empoderamento.

Leitura e escrita: a qualificação das visões de mundo dos sujeitos da EJA

Neste segundo subtópico aprofundaremos o nosso foco de pesquisa para relatar melhor a concepção de leitura e de escrita, pois fomos provocados a pesquisar acerca destas duas categorias com o propósito de analisar a sua utilização no processo de educação dos jovens e adultos.

Antes de qualquer coisa, precisamos compreender que o ato de ler e de escrever está muito para além da compreensão de codificar e decodificar, ou seja, não é só isso. Pensar nesta perspectiva na Educação de Jovens e Adultos é entender que ensinar o seu público a ler e a escrever precisa de significado, de relação com o conhecimento de mundo, para além do ensinar técnicas de ler e de escrever, pois essas categorias precisam ajudar os sujeitos a se emanciparem. Por outro lado, entendemos que toda concepção de leitura e de escrita se dará sempre a partir de uma construção social. Neste sentido, a escola tem feito um caminho inverso ao ensinar conteúdos para aquisição da leitura e da escrita, tendo dificuldade para trabalhar os temas geradores da leitura da vida, do que ocorre com o aluno fora da escola.

Entendemos ser necessário ressignificar a leitura e a escrita a partir da compreensão que o aluno tem do seu meio social, cultural e econômico. Portanto, Freire (1994, p. 98) nos diz que “a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele”. Em outras palavras, é preciso valorizar e reconhecer a construção do que acontece fora da escola, para que a aprendizagem, o ato de ler e de escrever tenha sentido e que seja uma construção viva.

Nesse movimento social que permeia a leitura, vale compreender que “ler não significa apenas a aquisição de um ‘instrumento’ para a futura obtenção de conhecimentos, mas uma forma de pensamento, um processo de produção do saber, um meio de interação social com o mundo” (CASCAREL, 2007, p. 144). Esse processo de interação entre leitura e leitor é construído, pois essa relação é feita para oferecer uma compreensão dialética do que se lê. Esse processo faz conexões com os conhecimentos construídos anteriormente na vida social.

Kleiman (1989, p. 10) afirma que a “[...] leitura é um ato social, entre dois sujeitos – leitor e autor – que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados”. Mais uma vez reafirmamos que a leitura precisa ter significados e isso só se estabelece a partir da valorização do conhecimento de mundo dos sujeitos. O ato de ler não deve e não pode ser uma decodificação ou codificação, mas a possibilidade de pensar/repensar criticamente o que se lê, levando os sujeitos a pensarem sua realidade e buscar alternativas para as superações necessárias.

Por isso, podemos dizer que a escrita é, na verdade, um sistema de símbolos e que requer o rememorar conhecimentos, transpor o pensamento para o papel ou para o mundo digital. Ela sempre mediará a relação humana, a fim de ser utilizada como sendo uma forma de comunicação entre as pessoas. Também podemos inferir que a escrita é a representação da língua falada, pois, assim como a leitura, a escrita precisa ser trabalhada na escola a partir do conhecimento construído na formação social dos sujeitos; no caso dos alunos da EJA, precisamos compreender, por exemplo, “[...] por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidada pelo poder público para discutir [...] a poluição dos riachos e dos córregos etc., por que não discutir com os alunos a realidade concreta?” (FREIRE, 1996, p. 33). Desse modo, entendemos que a escrita passa a ser prazerosa, pois escrevemos a partir do próprio mundo e da realidade, dando significado a essa aprendizagem.

Hoje, com o advento das tecnologias e dos seus aparatos, as possibilidades a serem usadas no ato de escrever são diversas e inúmeras. Escrita é um instrumento que perdura e na sua maioria carrega consigo a produção textual com a finalidade de ser tomada pelo ato de ler. Portanto, entendemos que “[...] a escrita é uma atividade que envolve várias tarefas, às vezes sequenciais, às vezes simultâneas. Há também idas e vindas: começa-se uma tarefa e é preciso voltar a uma etapa anterior ou avançar para um aspecto que seria posterior” (GARCEZ, 2002, p. 14).

Letramento na EJA

À procura por um caminho para analisar o letramento na EJA, utilizaremos os conceitos oferecidos por Soares (2000) e Kleiman (1995). Para tanto, passamos a inferir algumas considerações sobre letramento nas classes da EJA, começando por afirmar que se trata de uma ação que deve ser construída de maneira coletiva pelos sujeitos da EJA, pois entendemos que o letramento é uma ação cultural que precisa valorizar o saber que nossos jovens e adultos levam para o espaço escolar. A outra ideia que temos é a de que todo conhecimento adquirido pelos sujeitos fora da escola, desde uma receita de bolo até a leitura de um livro religioso, ou a indicação de um remédio natural, permite que os sujeitos possam navegar pela leitura e pela escrita, compreendendo quem somos e de onde falamos e onde podemos chegar.

Para Kleiman (1995, p. 81), letramento pode ser entendido “[...] como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Em outras palavras, estamos corretos quando pensamos o letramento como sendo uma construção social do indivíduo, que é anterior à escola e que permite aos sujeitos exercitarem o ato de ler e de escrever, a partir de suas experiências cotidianas. Para Soares (2000, p. 47), “letramento é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive”. No campo da Educação de Jovens e Adultos, o letramento deve ser percebido como sendo um processo construtivo, sendo que essa construção é realizada a partir das práticas sociais, do uso da escrita e da leitura, da relação professor e aluno, ou seja, um conjunto de relações iniciadas fora da escola e que deve ser ressignificado no espaço escolar.

É por isso que o professor, quando atua na construção do letramento em sala de aula, precisa estabelecer conexões entre os saberes produzidos com os já construídos pelos alunos da EJA.

Na EJA, trabalhar com o letramento é mais prazeroso e significativo, pois as experiências e os saberes construídos no cotidiano dos sujeitos são trazidos para o espaço escolar, ajudando a dar significados ao ato de ensinar a ler e a escrever, permitindo aos nossos alunos uma reflexão mais crítica do que se lê e do que se escreve, permitindo ressignificar as leituras de mundo para além da sua emancipação. Nesse processo de aprendizado, Pereira (2004, p. 158) nos diz que os alunos da EJA “[...] demonstram uma percepção em torno do processo de aquisição da leitura e da escrita pautada num modelo tradicional escolar de ensino”. Isso se dá devido a toda a construção cultural que é necessária no mundo da escrita e da leitura.

Portanto, entendemos que não basta, na Educação de Jovens e Adultos, apenas ensinar a ler e a escrever, mas garantir que os alunos aprendam com qualidade as mais diversas práticas de letramento. Com isso afirmamos que não é suficiente ler ou escrever diversos textos, e sim permitir que os sujeitos possam criar estratégias para se apropriarem dos mais diversos tipos de textos, podendo refletir criticamente aquilo que eles produzem ou a produção de outras pessoas.

Angicos e o Período das Diretas Já: uma contribuição dos movimentos sociais para a efetivação de políticas de letramento da EJA

Pretendemos com este tópico descrever Angicos e o Período das Diretas Já como sendo dois movimentos políticos de letramento que contribuíram para o fortalecimento da educação e, especificamente, da Educação de Jovens e Adultos.

A partir da leitura realizada e dos escritos de Gadotti (2007) e de pesquisa no *site* Instituto Paulo Freire, pudemos reunir informações para descrever este importante período para a construção do letramento e das políticas públicas da EJA. Foi no segundo semestre do ano 1962 que Freire aceitou o convite do secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, Calazans Fernandes, para coordenar o Projeto Angicos de Alfabetização de Adultos. Freire exigiu duas condições: uma foi a questão da liberdade político-pedagógica e ideológica para tratar do processo de formação, e a outra foi a necessidade de contratação dos coordenadores e dos alfabetizadores para o projeto, sem interferência alguma.

Angicos é uma cidade localizada no sertão do Rio Grande do Norte e tinha um grande número de analfabetos. O projeto Angicos de Alfabetização de Adultos nasce da experiência de Freire, que aplicou o seu método de Alfabetização no Centro de Cultura, um Círculo de Cultura do Movimento de Cultura Popular, onde ele aplicou a cinco alunos, dos quais três aprenderam a ler e escrever em 30 horas. Freire aprimorou a partir da realidade de Angicos essa experiência do Círculo de Cultura e aplicou seu método em 45 dias, alfabetizando 300 trabalhadores. Para essa tarefa, Paulo Freire estabeleceu parceria com a União Nacional dos Estudantes, para que os diversos estudantes ajudassem na tarefa de ensinar os trabalhadores de Angicos a ler e a escrever. Além disso, era necessário que os estudantes ajudassem no processo de politização dos trabalhadores, por meio de significado humano, valorizando o conhecimento de mundo, ou seja, nascia aí uma política de letramento, pois entendemos que os movimentos que estavam sendo trabalhados nos círculos de cultura não eram somente de alfabetização.

O método Paulo Freire tinha como proposição fazer uma crítica direta ao modelo social e econômico daquela época, com uma metodologia de ensino pautada na instrumentalização da didática, que permitisse ao aluno trabalhar a leitura e a escrita. Este método tradicional trabalhava a repetição de palavras soltas, além de frases criadas sem um sentido dinâmico. O método Paulo Freire provocava no alfabetizando a reflexão sobre seu papel no meio social enquanto o aluno aprendia, por exemplo, a escrever a palavra sociedade. Além disso, o método ajudava

o aluno a repensar o seu cotidiano e o lugar de fala, ao mesmo tempo enquanto ele aprendia a decodificar o valor sonoro de cada sílaba que compõe a palavra a partir do cotidiano.

Todo esse processo formativo permitia promover a superação de uma consciência ingênua, perpassando para a consciência crítica do sujeito. O que seria isso, então, se não Letramento? Letramento, para Kleiman (1995, p. 81), é um “[...] conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. É uma metodologia que fomenta assim uma aprendizagem significativa, que é estabelecida no movimento entre o educador, o educando e objeto do conhecimento. Depois dessa importante experiência, em abril de 1963, a partir desse movimento político de letramento, Freire certificou 300 trabalhadores como alfabetizados em 40 horas.

Esse magnífico movimento político que deu conta de alfabetizar (letrar) tanta gente em tão pouco tempo deu visibilidade a Angicos e a Paulo Freire. O então presidente da época, João Goulart, convidou Freire para pensar e executar uma grande Campanha Nacional de Alfabetização com o objetivo de alfabetizar dois milhões de analfabetos. No entanto, com o Golpe de 1964, essa demanda foi interrompida, somente retornando à discussão a partir do movimento das Diretas Já.

O movimento pelas eleições diretas ganhou uma dimensão para além dos partidos, estes, por sua vez, apresentavam dificuldade para exprimir as reivindicações dos trabalhadores. A população tinha a expectativa de ver nesse movimento as suas demandas educacionais e sociais serem atendidas, mas houve uma grande frustração, pois se percebeu que não aconteceram os resultados que todos esperavam. Nesse período, conforme relatam Haddad e Pierro (2000), a EJA passava por mudanças em suas campanhas e programas, a fim de dar conta de romper com o analfabetismo, mas ainda existia uma política forte de oferta do ensino supletivo. Houve a extinção do Mobral, que apresentava práticas e uma ideologia autoritária. O governo criou a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, que foi vista como sendo uma continuidade do Mobral, porque não carregava novo sentido. A Educação de Jovens e Adultos nessa época vivencia uma grande contradição entre o direito estabelecido na lei e a sua concretização como políticas públicas. Todo esse processo desconstrói a política de alfabetização-letramento, criando dificuldade, durante longos anos, para a consolidação de um processo de letramento, na linha freiriana, que tivesse uma perspectiva de emancipação, de rompimento com o analfabetismo funcional.

Considerações finais

É importante retomarmos a proposta inicial deste artigo, a fim de compreendermos determinadas considerações sobre os movimentos sociais, as políticas da EJA e do letramento, contribuindo para contextualizar o movimento de Angicos e das Diretas Já como sendo duas significativas contribuições do movimento popular à causa da Educação de Jovens e Adultos.

Aprofundamos a ideia de que foi a partir da experiência de Angicos que Freire deu partida para alfabetizar dezenas de trabalhadores, numa perspectiva de letramento, tendo como proposta principal, nessa nova concepção de ensino, a valorização e a ressignificação do saber já existente do sujeito da EJA. Tudo partia de uma palavra que possibilitasse a reflexão crítica do sujeito. Apresentamos o movimento das Diretas Já como sendo um significativo período que embalou a reconstrução das políticas públicas em nosso país.

Ao conceituarmos as concepções de letramento, de movimentos sociais, de políticas e EJA, a fim de conhecê-las melhor e podermos compreender a sua importância, pudemos ressignificar essas categorias de estudo, chegando ao entendimento de que o movimento social é um conjunto de atividades e/ou ações construídas pelo comportamento coletivo, resultando em

mobilizações, reivindicações e na organização da sociedade, que requeriu um esforço de pensar esse conceito para além dos grandes e midiáticos movimentos.

Já a compreensão de política foi mais tranquila, pois tivemos o suporte de Arendt (2002) para entender a política como sendo uma ação que nasce a partir do nosso cotidiano. E diante de toda essa construção, referendamos o entendimento de que o letramento é uma construção social do indivíduo, que é formada a partir dos movimentos e dos processos políticos, que são anteriores à escola, permitindo aos sujeitos exercitarem o ato de ler e de escrever, a partir de suas experimentações.

Percebemos que o movimento político de Angicos contribuiu, sim, para novas políticas públicas de alfabetização/letramento que temos hoje em nosso país, a exemplo de programas como Brasil Alfabetizado, TOPA e MOVA Brasil. É evidente que estamos longe de reduzir drasticamente o número de analfabetos e de analfabetos funcionais, mas é importante ressaltar que alcançamos grandes saltos e temos contribuído para ressignificar a aprendizagem de letramento no espaço escolar. Além disso, houve uma redução do analfabetismo.

Finalmente, consideramos que foi muito importante a participação dos movimentos sociais na consolidação das políticas públicas, pois atuaram de maneira autônoma, não se permitindo serem conduzidos pelos governos, mas atuaram de forma independente, para fazer valer as políticas públicas necessárias para a Educação de Jovens e Adultos em nosso país. Eles acompanharam e fiscalizaram a execução dessas políticas, deixando claro que não bastava ter direito em lei, que era necessária a execução das políticas públicas, do processo de sua radicalização, a fim de se conseguir ganhos sociais efetivos, principalmente na área de Educação de Jovens e Adultos.

Referências

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARROS, Rosanna. **Genealogia dos conceitos em educação de adultos:** da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida – Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional. Lisboa: Chiado Editora, 2011.

BERTONCELO, Edison Ricardo. **Eu quero votar para presidente:** uma análise sobre a Campanha das Diretas. n. 76, São Paulo, Lua Nova, 2009.

CASCAVEL. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel:** Ensino Fundamental – anos iniciais. Cascavel, PR: SEMED, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa, 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Educação e mudança.** 11. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. et al. **Alfabetização de jovens e adultos:** caderno do educando. Rio de Janeiro: Escola Multimeios, 2007.

GARCEZ, Lucília. **Técnicas de redação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782011000200005&lng=e&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2014.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. maio-ago, 2000b, nº 14, pp.108-130. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe14/07-artigo6.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

KLEIMAN, Ângela (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, Coleção Letramento, Educação e Sociedade, 1995.

_____. **Texto e leitor**. Campinas: Pontes, 1989.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1990.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é política?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Marina Lúcia de Carvalho. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.

